ATA 28/2026 - SESSÃO ORDINÁRIA

28ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa
da 14ª Legislatura - 09 de novembro de 2026.

Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas e sete minutos, reuniram-se em Sessão Ordinária no recinto da Câmara Municipal de Vereadores de BRAGA-RS, presidida pelo(a) Vereadora Inez Teresinha Lorenzatto Della Libera (PP) 1ª Verificação de Quórum de Abertura, estando presente os seguintes Vereadores: Ver. Inez Teresinha Lorenzatto Della Libera (PP), Ver. Genesio Bartolomeu Renz (PT), Ver. Ivone Amaral da Silva (MDB), Ver. Adimir Werner Schmitt (MDB), Ver. Carlos Alberto Lorenzzatto (PP), Ver. Dorival Mattos de Morais (PDT), Ver. Everaldo Mangini (MDB), Ver. Everton Della Libera (PP), Ver. Orlando Ricardo Tavares (MDB). A Presidente invocando a proteção de Deus e com fundamento na Lei Orgânica declarou aberta a Sessão. Leitura de um trecho bíblico pelo Ver. Everton. Em prosseguimento passou à deliberação da ata da sessão anterior, Ata nº 27, Sessão Ordinária, de 03 de novembro de 2026. Ata aprovada, por unanimidade. OFÍCIOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS: Ofício SMS nº. 153/2026; Convite Amostra Pedagógica Albino Venzo; Oficios CV nº. 28 e 29/2026. Em seguida, foi concedido espaço à Secretária Municipal de Saúde, Vera Lucia Salante, que, após saudar a todos, informou que, atendendo à solicitação encaminhada por meio de ofício desta Casa Legislativa, compareceu à sessão para prestar esclarecimentos acerca da aplicação dos recursos provenientes das emendas impositivas destinadas à Secretaria Municipal de Saúde. Inicialmente, explicou que determinados exames apresentavam maior demanda, como os de ultrassonografia, enquanto outros, a exemplo das ressonâncias magnéticas, registravam menor procura. Esclareceu que, no caso das ressonâncias, além da disponibilidade de recursos financeiros, era necessário contar com veículo para o transporte dos pacientes e com a disponibilidade dos prestadores de serviços. Ressaltou que não havia demandas em atraso, porém destacou o elevado número de faltas dos pacientes aos procedimentos agendados, situação que dificultava o andamento dos trabalhos. Na sequência, apresentou os valores utilizados até aquele momento, bem como as clínicas responsáveis pela prestação dos serviços. Solicitou aos Vereadores autorização para remanejar os saldos remanescentes das emendas para outros exames cujos recursos já haviam sido esgotados, ou ainda para consultas especializadas por meio do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA, considerando a necessidade de utilização dos valores até o encerramento do exercício financeiro. Por fim, sugeriu que, no próximo exercício, as emendas impositivas destinadas à saúde fossem direcionadas, preferencialmente, por meio do CISA, possibilitando a aplicação dos recursos em exames, consultas, medicamentos e demais serviços, conforme as necessidades da população. Em seguida, colocou-se à disposição para os questionamentos dos Vereadores. O Ver. Genésio saudou a todos e manifestou seu entendimento de que a destinação das

emendas impositivas poderia ocorrer de maneira mais simplificada, questionando se, por meio do CISA, os recursos poderiam ser utilizados conforme as demandas, sem a necessidade de vinculação específica a cada procedimento. A Secretária confirmou a informação, acrescentando que o sistema do Consórcio também proporcionava maior facilidade de acesso às informações e transparência na aplicação dos recursos. O Ver. Dorival saudou a todos e questionou se seria necessária a autorização dos Vereadores para a utilização dos saldos em outras finalidades. Manifestou, desde logo, sua concordância com o remanejamento e sugeriu que, no próximo exercício, os recursos fossem destinados de forma mais abrangente, permitindo à Secretaria utilizá-los conforme as necessidades, mediante prestação de contas periódica ao Legislativo. Finalizou destacando a satisfação em receber a Secretária nesta Casa. Em resposta, a Secretária esclareceu que a alteração da destinação dos recursos deveria observar os trâmites legais, considerando que a finalidade das emendas era definida pelos Vereadores. O Ver. Everton saudou a todos e questionou sobre os exames de angiotomografia, observando que, em razão do valor apresentado, se tratava de um procedimento de maior complexidade. Mencionou que, pelos valores informados, estimava a realização de onze exames, indagando se esse quantitativo correspondia ao total realizado ou se outros procedimentos haviam sido custeados com recursos próprios do Município. Também solicitou informações sobre a quantidade de ressonâncias magnéticas realizadas. A Secretária esclareceu que os recursos das emendas impositivas começaram a ser utilizados a partir do mês de maio, razão pela qual não dispunha, naquele momento, dos dados referentes aos procedimentos realizados anteriormente. Quanto às ressonâncias magnéticas, informou que, até então, haviam sido realizados setenta e cinco exames com os recursos das emendas. A Ver. Inez questionou sobre o prazo para utilização dos saldos remanescentes. A Secretária informou que os valores deveriam ser utilizados até o encerramento do exercício financeiro, reiterando a importância de sua destinação por meio do CISA, o que permitiria atender a outras demandas da saúde, incluindo consultas especializadas, próteses dentárias e medicamentos. A Ver. Inez manifestou concordância com a proposta e solicitou a opinião dos demais Vereadores. A Ver. Ivone saudou a todos e destacou a importância dos esclarecimentos prestados, manifestando-se favoravelmente à destinação dos recursos do próximo exercício por meio do CISA, considerando que o Consórcio Intermunicipal abrangia diversos serviços, como fornecimento de medicamentos, consultas e exames, possibilitando a contratação por valores mais vantajosos. Lamentou, ainda, o elevado número de faltas dos pacientes aos exames e consultas agendados, ressaltando a necessidade de maior conscientização e comprometimento da população, a fim de evitar prejuízos ao atendimento e à utilização dos recursos públicos. O Ver. Everton sugeriu que parte dos valores remanescentes fosse aplicada na aquisição de medicamentos não disponibilizados pela rede pública do SUS. A Secretária esclareceu que o Município já contava com uma ampla variedade de medicamentos e que não se opunha à

aquisição de outros, porém explicou que as demandas não atendidas geralmente envolviam medicamentos específicos, de baixa procura. Acrescentou que, em determinadas situações, os pacientes iniciavam o tratamento, mas não se adaptavam à medicação, sendo necessária sua substituição por orientação médica, o que poderia ocasionar o vencimento de produtos adquiridos e não utilizados. Informou que, quando determinado medicamento prescrito não estava disponível na farmácia da Unidade de Saúde, buscava-se, inicialmente, verificar a possibilidade de substituição por outro disponível, mediante avaliação médica, ou encaminhar a situação ao setor jurídico para viabilizar a aquisição excepcional, especialmente nos casos envolvendo crianças. Na sequência, a Secretária de Saúde esclareceu que, conforme deliberação do Conselho, o Município deixaria de realizar o transporte de pacientes mediante busca individual em suas residências, mantendo essa modalidade de atendimento apenas para pessoas acamadas. Explicou que a prática vinha ocasionando descontentamentos, pois alguns pacientes eram buscados em casa e outros não, além de exigir que os motoristas iniciassem os trajetos com maior antecedência, comprometendo a organização do serviço. Dessa forma, os pacientes deveriam se deslocar até a Unidade de Saúde para utilizar o transporte disponibilizado pelo Município, procedimento que, segundo informou, também era adotado em outros municípios da região. Os demais Vereadores, Adimir, Everaldo, Orlando e Carlos, manifestaram concordância com a destinação dos saldos remanescentes das emendas impositivas do corrente exercício ao CISA, para aplicação em exames, consultas e medicamentos, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. A Secretária esclareceu que o CISA consistia em um Consórcio Intermunicipal utilizado pelo Município para viabilizar a contratação de consultas, exames e outros serviços de saúde em condições economicamente mais vantajosas. Em seguida, o Ver. Adimir questionou sobre o fornecimento de óculos à população. A Secretária informou que o serviço era disponibilizado pelo Município, sendo que a empresa responsável realizava atendimentos diretamente na cidade, e que uma quantidade expressiva de óculos já havia sido fornecida durante o corrente ano. Ao finalizar sua participação, a Secretária agradeceu pelo espaço concedido e reafirmou sua disponibilidade para prestar esclarecimentos à Casa Legislativa sempre que necessário. Esgotada a Ordem do Dia, foi concedida a palavra para EXPLICAÇÕES PESSOAIS, na forma prevista no art. 169 do Regimento Interno, conforme inscrição prévia. Usou da palavra o Ver. Dorival, que saudou a todos e iniciou parabenizando o Prefeito Sadi pela preocupação e pelas providências adotadas em razão do tornado que atingiu a região e ocasionou danos em alguns pontos do Município. Destacou que as equipes da Prefeitura não mediram esforços para prestar auxílio às famílias atingidas, disponibilizando lonas e realizando o levantamento das demais necessidades, a fim de possibilitar o atendimento por meio da Assistência Social. Agradeceu a Deus pelo fato de não terem ocorrido feridos, ressaltando que os prejuízos foram de ordem material e que, com esforço, os bens poderiam ser reconstruídos. Na sequência, abordou a situação da

iluminação pública, mencionando que a Rua Romaldo Rodhen e outras vias permaneciam com problemas de iluminação havia um longo período. Relatou, ainda, ter recebido reclamações de moradores do Bairro Santo Antônio, inclusive por intermédio do popularmente conhecido como Deco. Manifestou preocupação com a demora na solução dessas demandas, observando que, aparentemente, as obrigações legais eram exigidas dos usuários, mas nem sempre cumpridas com a mesma eficiência pelos prestadores de serviços. Cobrou providências da Administração Municipal, ressaltando que a manutenção adequada da iluminação pública também representava uma importante medida de segurança para os moradores dos bairros. O Ver. Everton saudou a todos e iniciou destacando a importância das transmissões das sessões pelo Observador Regional, que possibilitavam à comunidade acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo Poder Legislativo. Em seguida, manifestou solidariedade às famílias atingidas pelos fortes temporais, ressaltando que diversos municípios do Estado vinham sofrendo grandes prejuízos em decorrência dos eventos climáticos. Desejou força às pessoas afetadas para que conseguissem reconstruir o que foi perdido. Mencionou, em especial, os danos sofridos pelo Esporte Clube São Luiz, destacando que, na condição de Presidente de entidade, compreendia as dificuldades enfrentadas para arrecadar recursos e realizar melhorias, sendo lamentável que todo esse esforço pudesse ser comprometido em poucos instantes por um desastre natural. Na sequência, prestou esclarecimentos sobre seu voto contrário, na sessão anterior, ao Projeto de Lei que tratava do reajuste dos valores cobrados pelas horas-máquina e por outros serviços básicos prestados pelo Município. Informou que pretendia apresentar, na próxima sessão, uma indicação solicitando a ampliação da quantidade de horas-máquina disponibilizadas aos pequenos agricultores, bem como a isenção da cobrança de serviços básicos para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica. O Ver. Genésio saudou a todos e iniciou manifestando satisfação pelo fato de sua emenda impositiva estar sendo executada no Distrito de Pedro Garcia. Na sequência, comentou sobre solicitação anteriormente apresentada para a realização de um levantamento da situação da iluminação pública em todo o Município. Recordou que, na ocasião, o Ver. Everaldo havia informado que os equipamentos necessários à execução das melhorias estavam em processo de licitação. Reforçou a importância de solucionar os problemas existentes, considerando as constantes reivindicações recebidas dos munícipes. Em seguida, manifestou preocupação com os índices de violência contra as mulheres, mencionando que o Rio Grande do Sul já havia registrado mais de sessenta casos de feminicídio. Lamentou a gravidade da situação e desejou que Deus iluminasse a humanidade, diante das notícias preocupantes frequentemente divulgadas. A Ver. Inez saudou a todos e agradeceu a presença da Secretária Municipal de Saúde, Vera Lucia Salante, e do Prefeito Sadi. Destacou que os esclarecimentos prestados e o diálogo estabelecido foram produtivos e importantes para o entendimento das questões relacionadas à aplicação das emendas impositivas, ressaltando que os ajustes necessários seriam realizados

conforme as demandas e os procedimentos cabíveis. Também manifestou solidariedade às famílias atingidas pelos temporais, desejando força para a superação das dificuldades. Por fim, reforçou o convite realizado pela APAE para o café que seria servido após o encerramento da sessão. Nada mais havendo a tratar, às 20h26min, lavrou-se a presente ata que vai assinada por mim, 1ª Secretária da Câmara e pelo Presidente da Mesa Diretora. Câmara Municipal de Vereadores de Braga, aos nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e seis.

Vereadora Inez Teresinha Lorenzatto Della Libera

Presidente da Câmara

Vereadora Ivone Amaral da Silva

1º Secretário(a) da Câmara